

O SERVIÇO SOCIAL E A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

O SERVIÇO SOCIAL E A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S491	<p>O serviço social e a superação das desigualdades sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-014-8 DOI 10.22533/at.ed.148202904</p> <p>1. Desigualdade social – Brasil. 2. Política social. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “O SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Análises e perspectivas contemporâneas” é composta por 13 artigos que versam sobre as experiências profissionais de assistentes sociais e análises de políticas públicas. Cada capítulo apresenta diferentes abordagens metodológicas, como: pesquisa bibliográfica, documental, análise qualitativa, quantitativa, exploratória, conteúdo, e exposição dos resultados pesquisa de campo, os quais foram alcançados por meio de entrevistas e aplicação de questionários.

Caro leitor, cabe situar que o processo de trabalho do assistente social, assim como o desenvolvimento das diferentes políticas públicas, associam-se as relações sociais de uma sociedade em constante movimento e/ou um processo histórico. Desta forma, compreendê-los implica metodologicamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, bem como a conjuntura econômica, política, cultural e conseqüentemente a atuação estatal, afinal, as políticas são instrumentos manejados pelo próprio Estado.

Este livro foi subdividido em eixos de análise, a saber: 1) Serviço social e política de assistência social; 2) Serviço social e política de saúde; 3) Serviço social e política de educação; 4) Projeto social: um estudo local; e 5) Instituições de apoio para pessoas idosas: uma experiência internacional. Em tempo, observa-se que a maior parte dos textos foram elaborados por assistentes sociais, que realizaram análises das políticas públicas, por vezes partindo do próprio ambiente socioocupacional, tornando as respectivas análises ainda mais preciosas pelo ponto de vista da observação participante.

O primeiro eixo trata-se do “Serviço Social e Política de Assistência Social” inicialmente aborda o desenho desta política e o seu desenrolar no Estado brasileiro. Este arcabouço propiciou o desencadeamento das análises seguintes, que versam sobre a execução da política e sua complexidade nos diferentes níveis. É notório o protagonismo do Assistente Social na Política de Assistência Social, por isso torna-se ainda mais interessante visibilizar estes estudos, bem como proporcionar a leitura crítica acerca do processo de atuação.

O segundo “Serviço Social e Política de Saúde” abrange não somente a política de saúde, mas também as micro políticas inerentes à esta, como: oncologia, cuidados paliativos, direitos sexuais, saúde mental, desinstitucionalização, entre outros. Importante evidenciar que a política de saúde persiste como sendo uma das políticas mais empregadoras de assistentes sociais. No que tange as análises realizadas por assistentes sociais reconhecem-se as diferentes facetas do fazer profissional, que inclusive enriquece a análise das políticas públicas, e, simultaneamente possibilitam ao leitor viajar pela profissão em seus infinitos manejos nesta área, corroborando

com a capacidade de realizar análises sob o olhar crítico, criativo e propositivo, com vistas ao Projeto Ético Político.

O terceiro eixo “Serviço Social e Política de Educação” nos faz refletir sobre a transversalidade no cotidiano do alunado, sob a ótica de Assistentes Sociais vinculados a um Instituto de Educação e a um Centro Federal de Educação Tecnológica. São experiências locais e englobam realidades distintas, mas, que por vezes convergem principalmente se pensamos a realidade social brasileira e respectivos problemas comuns. Realizar esse tipo de análise é fundamental para influenciar no (re)desenho da política de educação, que precisa ir de encontro as necessidades dos usuários.

O eixo “Projeto Social: um estudo local” evidencia aspectos relacionados ao planejamento urbano e o cruzamento deste com o acesso as moradias de pessoas com “baixa renda”. Trata-se de um relato de experiência sobre a avaliação de determinado projeto, que indica aspectos relacionados à cidade, periferia, território e iniquidades sociais. Outra vez reafirmo a necessidade desse tipo de discussão, já que vivemos em tempos que indicam medidas de cunho neoliberal, com estratégias ainda mais conservadoras no Brasil, quiçá em diversos outros países do mundo.

O eixo “Instituições de apoio para pessoas idosas: uma experiência internacional” apresenta as fragilidades e limitações desta, especialmente pelo olhar dos dirigentes e das autoridades locais. Trata-se de uma experiência de outro país, fator que contribui significativamente para pensarmos as diferentes realidades, que tendem a influenciar em problemáticas locais. Mas, também nos remete a identificação de problemas comuns, o que também é primordial.

É sabido que o contexto brasileiro atual tem refletido drasticamente no desenvolvimento das políticas públicas e inevitavelmente no processo de trabalho do Assistente Social. Por isso, justifica-se a valorização destas análises, que advém dos resultados de estudos técnicos e pesquisas científicas. Ademais, este livro contribui com as análises das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 1 1

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SUAS E A IMPORTÂNCIA DA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas
Rosilene Marques Sobrinho de França

DOI 10.22533/at.ed.1482029041

CAPÍTULO 2 11

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O DESAFIO DE TRANSITAR DE AÇÕES DE CARIDADE À EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Helenita dos Santos Arruda
Rosângela Cavalcanti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029042

CAPÍTULO 3 25

AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI: O SUAS EM AÇÃO VIA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues
Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas

DOI 10.22533/at.ed.1482029043

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE SAÚDE

CAPÍTULO 4 36

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: DESAFIOS SOB O EIXO ACESSÓRIA, QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Eli Fernanda Brandão Lopes
Juliana Galete
Carolina de Sousa Rotta
Michael Wilian da Costa Cabanha
Leticia Nakamura
Joelson Henrique Martins de Oliveira
Giovana Ayumi Aoyagi
Clesmânia Silva Pereira
Alex Sander Cardoso de Souza Vieira
Letícia Ribeiro Moreira
Edivania Anacleto Pinheiro Simões
Maria de Fátima Bregolato Rubira de Assis

DOI 10.22533/at.ed.1482029044

CAPÍTULO 5 48

AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE O “PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO NA CENTRAL DE QUIMIOTERAPIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E SALA DE ESPERA INFORMAR PARA ACESSAR”

Zilda Cristina dos Santos
Gabriela Santos Oliveira
Caroline Aparecida Vieira Silva

Regina Maura Rezende

DOI 10.22533/at.ed.1482029045

CAPÍTULO 6 56

COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL : O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Andrea Frossard

Aline Baptista de Aguiar

Rafaela Rodrigues de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.1482029046

CAPÍTULO 7 67

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES: REFLEXÕES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Lívia Maria e Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029047

CAPÍTULO 8 78

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL EM JOÃO PESSOA- PB

Elisabete Vitorino Vieira

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Rafael Nicolau Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.1482029048

CAPÍTULO 9 94

CIBERATIVISMO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL: ENTRE O VIRTUAL E O POSSÍVEL

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Sâmia Luiza Coêlho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029049

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 10 105

A EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS ATRELADA AO PROEJA: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPUS JOÃO PESSOA-PB

Ranyellen Félix de Souza

Felicidade Dayana Monteiro Dias

Jailma da Costa Batista

Luís Eduardo Lima

DOI 10.22533/at.ed.14820290410

CAPÍTULO 11 117

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: DADOS DE UMA PESQUISA APLICADA AOS ALUNOS DAS ENGENHARIAS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA(CEFET/RJ) - CAMPUS ANGRA DOS REIS

Carina Aparecida Antunes

DOI 10.22533/at.ed.14820290411

PROJETO SOCIAL: UM ESTUDO LOCAL

CAPÍTULO 12 128

PERCEPÇÃO DE LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE UM PROJETO SOCIAL EM MINAS GERAIS

Cláudia Leocádio

Antônio Henrique da Mata Corrêa

Ana Cristina Viana Campos

DOI 10.22533/at.ed.14820290412

INSTITUIÇÕES DE APOIO PARA PESSOAS IDOSAS: UMA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

CAPÍTULO 13 138

INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL – PROBLEMAS E DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL

João Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.14820290413

SOBRE A ORGANIZADORA..... 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SUAS E A IMPORTÂNCIA DA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Data de aceite: 13/04/2020

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas

Especialista na Área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista na área de Gestão de Cidades pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestranda em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina-PI/Brasil. E-mail: guadalupeveloso@hotmail.com.

Rosilene Marques Sobrinho de França

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI); Graduada em Serviço Social, Direito e História; Especialista em Direito e Processo Civil pela Universidade Católica Dom Bosco/MG e em Gestão de Cidades pela Fundação Getúlio Vargas/RJ; pesquisadora membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Adolescência e Juventude (NUPEC) e do Núcleo de Pesquisa sobre Questão Social e Serviço Social. Coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Sociedade, Estado e Políticas Públicas (NUSDIPP), da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com.

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 garante formalmente a política de Assistência Social como sendo de proteção social não contributiva, constituindo o tripé das políticas de Seguridade Social junto com a Saúde e a Previdência, elegendo-a como um dos mecanismos de enfrentamento da questão social. Nesse sentido, o trabalho traz uma discussão acerca dos direitos socioassistenciais no contexto do sistema de proteção social brasileiro e da política de Assistência Social. A metodologia utilizada consistiu em estudo bibliográfico e documental acerca da trajetória dos direitos fundamentais do homem e de construção da cidadania, examinando-se a formatação dos direitos socioassistenciais e seus desdobramentos no âmbito da política de Assistência Social. Os resultados mostraram que os direitos socioassistenciais são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Socioassistenciais. Proteção Social. Política de Assistência Social.

Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

SOCIAL ASSISTANCE IN THE CONTEXT OF ITS AND THE IMPORTANCE OF GUARANTEE OF SOCIAL-ASSISTANT RIGHTS FOR THE EXERCISE OF CITIZENSHIP

ABSTRACT: The Federal Constitution of 1988 formally guarantees the Social Assistance policy as non-contributory social protection, constituting the tripod of the Social Security policies together with Health and Social Security, choosing it as one of the mechanisms to confront the social issue. In this sense, the paper brings a discussion about social assistance rights in the context of the Brazilian social protection system and the Social Assistance policy. The methodology used consisted of a bibliographic and documentary study about the trajectory of the fundamental rights of man and the construction of citizenship, examining the formatting of social assistance rights and their consequences within the Social Assistance policy. The results showed that social assistance rights are fundamental for the construction of a fairer and more egalitarian society.

KEYWORDS: Social-assistance rights. Social Protection. Social Assistance Policy.

1 | INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social como política pública ocorre com a Constituição Federal de 1988. Assim pode-se dizer que nessa condição de política pública de Estado é um fato muito recente. Nessa ótica, a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social do Brasil, e que têm como dever a proteção dos que dela necessitam e, tem como um dos grandes desafios para sua implementação o de romper com o ideário conservador na proteção social das pessoas mais necessitadas, ainda persistente nos dias atuais.

Autores como Draibe (1993) realizaram estudos sobre sistemas de proteção social, mostram que, de modo geral, historicamente as sociedades vivenciaram algum tipo de proteção para o enfrentamento de situações de risco, no sentido de amparar as classes menos favorecidas, mesmo que esse reconhecimento ocorresse, muitas vezes, pela via do dever moral. No âmbito das sociedades capitalistas, a construção dos sistemas de proteção social se relacionam com os diferentes modelos de organização e gestão do trabalho e com os processos de reprodução das relações sociais.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a política de Assistência Social como uma política pública, que visa promover o acesso aos direitos da população que dela necessitar e, conseqüentemente, ao exercício da cidadania, em um contexto de desmonte dos direitos conquistados na atual sociedade brasileira.

Visando uma maior familiaridade com tema ora em estudo a metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa. O procedimento metodológico utilizado foi estudo bibliográfico e documental. Segundo Gil, a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Quanto a pesquisa documental, para Gil (2002, p. 45), esta se assemelha bastante com a bibliográfica diferenciando-se por se tratar de material que ainda necessita de um tratamento analítico.

Dessa forma, o artigo, inicialmente, apresenta um estudo introdutório sobre os direitos do homem e a formação de sua cidadania, posteriormente, aborda a proteção social brasileira, seguido de um levantamento da trajetória da Assistência Social até chegar ao *status* de política pública, depois, faz uma abordagem sobre a questão dos direitos socioassistenciais como forma de implementação dessa política e, na conclusão, destaca algumas reflexões sobre essa construção, que tem muitos desafios ainda a enfrentar.

2 | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A formatação do sistema de proteção social brasileiro, segundo Draibe (1993), ocorreu entre os anos de 1930 e 1970, considerando que foi a partir desse período que o Estado brasileiro passou a desenvolver ações de garantia e substituição de renda, por meio do sistema previdenciário da assistência social, de políticas de saúde, de educação e de habitação, dividida nos seguintes períodos: a) **1931 a 1943**: constituição dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs); expansão da legislação trabalhista com a Consolidação das Leis Trabalhistas; regulação de políticas nas áreas de saúde, educação; centralização dos recursos na esfera federal; b) **1945 a 1964**: inovações nos campos da educação, saúde, assistência social e na habitação popular; c) **1965 a 1974**, fase marcada pela expansão e consolidação do sistema de proteção social, edificado no período anterior por meio da organização institucional e financeira da política social brasileira, estruturando-se, assim, um leque de instituições responsáveis pelas ofertas de bens e serviços sociais nas áreas da educação, da saúde, da assistência social e da previdência, áreas anteriormente trabalhadas.

A partir da Constituição Federal de 1988, houve a definição de um novo perfil da proteção social brasileira. Assim, podemos considerar dois momentos importantes para as políticas sociais: o período pós-1930, considerado como a fase inicial da formação do sistema de proteção social; e o segundo momento, após a Constituição Federal de 1988, que amplia o padrão de proteção social configurado por meio da

perspectiva de Seguridade Social.

Draibe (1993) levanta alguns princípios pelos quais o *Welfare State* no Brasil foi constituído, sendo caracterizado, pela centralização política e financeira no governo federal e nas ações sociais, fragmentação institucional, exclusão da população à participação política, o autofinanciamento social, privatização e o clientelismo que ainda persiste em muitos segmentos.

Na década de 1980, como resultado do processo de mobilização dos movimentos sociais, surge uma nova perspectiva em relação ao padrão público de proteção social que passa a se constituir, pela primeira vez no Brasil, um modelo mais amplo de Seguridade Social, formada pelas políticas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

Sem dúvida, a Constituição Federal de 1988 é um marco da transformação no modelo de proteção social brasileiro e que formalmente inaugura o que se pode denominar de universalização da cidadania. Acostumado com a noção restritiva dos grupos a serem segurados e a simetria entre contribuições e benefícios, este novo modelo ensejou a emergência de concepções e de ações solidário-redistributivas.

Nesse contexto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) reconhecida como política pública pela Constituição Federal de 1988 apresenta os seguintes objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 33).

Couto (2010) assevera que o “reconhecimento da Assistência Social como política pública e a definição de seus objetivos elencam as condições para que esse campo de atuação passe a ser considerado como de direito social” (COUTO, 2010, p. 173).

Desta feita, o público da política de Assistência Social é reconhecido como cidadão, sujeito de direitos, e, suas ações devem ter centralidade na família garantindo o acesso a bens e serviços e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, é importante salientar que, a organização dos programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pela política de Assistência Social se dá em dois níveis de complexidade: básico e especial, sendo este último subdividido em média e alta complexidade.

Na proteção social básica, os serviços são de natureza preventiva e

caracterizam-se pelo atendimento às famílias em situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo-se os laços familiares e comunitários. O local de referência onde são ofertados os serviços de proteção social básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Na proteção social especial de média complexidade é desenvolvido um conjunto de ações voltadas ao atendimento de famílias e indivíduos com direitos violados, em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abuso, negligência, violência sexual, trabalho infantil, abandono, dentre outros. O local de referência para o atendimento dessas situações são os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e a rede de serviços a ele referenciada. Em relação ao atendimento na alta complexidade, é desenvolvido um conjunto de ações voltadas para os indivíduos que romperam os laços familiares e comunitários, no sentido de fortalecer projetos de vida e/ou resgatar os vínculos familiares e comunitários. O atendimento desse público é realizado em serviços de acolhimento e em unidades de acolhimento institucional.

Por fim, conclui-se que a política de Assistência Social, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem tendo significativos avanços, como a organização das ações em níveis de complexidade e os serviços prestados a partir de um caráter continuado.

3 | A IMPORTÂNCIA DA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Os direitos do homem, assim como a democracia e a paz, segundo Bobbio (2004, p. 1) são pressupostos mútuos e se constituem elementos de um movimento histórico, pois, [...] “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”.

Desta forma, Bobbio (2004) considera os direitos como evoluções históricas, que nascem no Estado Moderno e indicam o progresso civilizatório humano. Desse modo, os direitos surgem e transformam-se de acordo com as necessidades dos homens, e não são, portanto, produtos da natureza, mas, sim, históricos e passíveis de mudanças e de ampliação.

Com a emergência do Estado Moderno, há a mudança na concepção da política, antes centrada na relação entre súditos e soberanos, passando a basear-se na relação Estado e cidadãos e, desse modo, considerando os direitos, principalmente, os direitos do homem, que têm seu reconhecimento firmando por meio da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, para Bobbio (2004),

representa, pela primeira vez, na história humana, uma partilha de valores comuns a serem defendidos e alcançados por toda a humanidade, ou seja, direitos que representam a universalidade de valores.

Segundo Bobbio (2004), os direitos são divididos em quatro gerações, a saber: os de primeira geração referem-se aos direitos civis, as primeiras liberdades garantidas; os de segunda geração – direitos políticos, referente aopoder de participação do Estado; os de terceira geração – direitos sociais, econômicos e culturais; os de quarta geração – direitos difusos, representados pela pesquisa biológica e genética. Esses direitos são históricos e encontram-se em constante transformação, de acordo com as necessidades humanas, para os quais devem ser criadas as condições de proteção, na atualidade, pois, somente dessa forma, é possível atingir a paz – por meio da democracia, que é o acesso dos cidadãos aos seus direitos.

Nesse contexto, os direitos civis surgiram no século XVIII e estão relacionados aos “direitos necessários à liberdade individual, tais como o direito de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, propriedade e acesso à justiça” (MARSHALL, 1977, p. 63). A afirmação desses está associada às instituições judiciais. Salienta o autor que “os direitos civis eram indispensáveis à economia de mercado e à liberdade de concorrência, coexistindo, portanto, com o capitalismo” (MARSHALL, 1977, p. 85).

Já os direitos políticos teriam sido aqueles concebidos no século XIX, considerados como “produto secundário dos direitos civis” (MARSHALL, 1977, p.70). Esses direitos remetem à possibilidade de “participar no exercício do poder político, seja como membro eleito de um dos organismos integrantes do Estado ou como seu eleitor” (MARSHALL, 1977, p.63).

Para o exercício desses direitos, há as instituições de parlamento, conselhos do governo local e congressos, sendo que, apesar de expressarem uma participação política, não asseguraram efetivamente uma igualdade política, em razão da existência da desigualdade de classe, impedindo o livre exercício do direito de voto. Destarte, o voto secreto mostrava-se insuficiente para coibir tal prática, tornando-se imprescindível o desenvolvimento de uma educação social, bem como uma mudança no modo de pensar da sociedade (MARSHALL, 1977, p.85).

Por sua vez, os direitos sociais, surgidos no século XX, seriam aqueles capazes de conferir um “mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar na herança social, bem como de acesso aos serviços educacionais e sociais. A estes estão relacionados o sistema educacional e os serviços sociais” (MARSHALL, 1977, p. 63-64).

Os direitos sociais mínimos foram desligados do *status* da cidadania e, por conseguinte, aquele que se beneficiasse, por exemplo, da chamada *Poor Law* – espécie de auxílio financeiro garantido às famílias menos favorecidas –, teria a condição de cidadão usurpada (MARSHALL, 1977, p. 72).

A evolução dos direitos do homem realizado por Marshall se dá no contexto europeu, mais precisamente na Inglaterra. No Brasil, a trajetória desses direitos (Direitos do Homem) se desenvolveu de forma diferente, havendo, assim, ênfase nos direitos sociais, em detrimento dos demais, além da alteração na sequência dos direitos adquiridos, o que altera a lógica de construção da cidadania, sendo os direitos sociais os primeiros a surgirem no Brasil, passando para os direitos políticos e, por fim, aos direitos civis.

Nesse sentido, reforçamos a colocação de Benevides (1994), sobre os direitos que são concedidos, eles “deixam de ser direitos para serem alternativas aos direitos. Concessões, como alternativas a direitos, configuram a cidadania passiva, excludente, predominantemente as necessidades autoritárias” (BENEVIDES, 1994, p.9).

No Brasil, após uma herança histórica marcada pela escravidão, desigualdades e subalternidades, antes mesmo do efetivo exercício de direitos civis e políticos, a configuração dos direitos sociais ocorreu numa perspectiva de concessão e benesse a partir da década de 1930, ocorrendo uma fragilização dos indivíduos quanto ao exercício de sua cidadania, com significativos desdobramentos em relação à afirmação da classe trabalhadora.

Após os longos períodos de autoritarismo e de negação da participação, a exemplo do Estado Novo e da Ditadura Militar, com a redemocratização do país, no pós-Constituição Federal foi instaurado no Brasil um sistema público e participativo, como forma de oferta da política de Assistência Social, na perspectiva da garantia de direitos de cidadania.

Nesse sentido, o SUAS enquanto sistema descentralizado e participativo que regula e organiza os elementos essenciais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), estabeleceu normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços de rede socioassistencial e eixos estruturantes do sistema. Em tal sistema, os direitos socioassistenciais são um dos eixos orientadores que compõem a base de organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2012).

Por sua vez, como um sistema de gestão, esse arranjo institucional propõe, pela primeira vez na história do país, sob a primazia da responsabilidade do Estado, a organização em todo o território nacional de serviços socioassistenciais destinados a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias, com a participação e a mobilização da sociedade civil nos processos de implantação e implementação

do Sistema.

Dessa forma, o SUAS promove uma mudança de conteúdo e de gestão da política pública de Assistência Social, ao materializar o conteúdo da LOAS e definir os conceitos e as bases que vão orientar a estruturação do sistema nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Em outras palavras, o SUAS oferece concretude à política pública de Assistência Social na perspectiva de construir os direitos sociais de seus usuários e sua inserção na sociedade.

Nesse processo de construção dos direitos socioassistenciais no Brasil, foi importante os conteúdos contidos na Constituição Federal de 1988, que assegurou em seu artigo 203, que “a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição”. Isso quer dizer que a Assistência Social é um direito para aqueles que se encontra em situação de necessidade, de modo que, não sendo satisfeita, pode causar a ocorrência de prejuízos para a vida pessoal e social, bem como para a capacidade das pessoas de poderem se expressar e participar de forma ativa e crítica na sociedade. Por exemplo, uma pessoa com dificuldades financeiras e sem acesso à alimentação poderá ter sua saúde prejudicada e não poderá ter a mesma vida e participação que outras pessoas.

Outro passo importante na construção dos direitos socioassistenciais foi dado em 2005, quando foi realizada a V Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida entre os dias 5 a 8 de dezembro de 2005, cujo tema foi “SUAS – Plano 10: Estratégias e Metas para a Implementação da Política de Assistência social no Brasil”, em que, como resultados das discussões, foram deliberados o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais e os compromissos éticos para concretizá-los como orientadores da Política de Assistência Social, dentre os quais, destaca-se:

a) direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: direito do usuário e da usuária, em todas as etapas do ciclo da vida, a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas; b) direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: a Assistência Social é a porta de entrada para as demais políticas públicas, como moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infra-estrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável; c) direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e da usuária, à implantação e à manutenção dos serviços socioassistenciais, de caráter continuado, ofertados com qualidade, de forma profissional, garantindo o cofinanciamento nas três esferas de governo – nos meios urbanos e rurais (BRASIL, 2005, p.313-314).

Assim, o primeiro direito do usuário da Assistência Social é o de ser atendido com atenção, de forma digna, e a receber explicações sobre os serviços, sobre os programas, os projetos e os benefícios da Assistência Social de forma clara, simples e compreensível.

O maior de todos os direitos da Assistência Social é o direito de todas as pessoas de terem acesso à vaga na rede de serviços da Assistência Social. Outro direito do usuário na política de Assistência Social é conhecer a localização dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) para buscar atendimento e informações.

Em relação ao direito à convivência familiar e comunitária, este tem uma estreita ligação com a segurança de vivência familiar ou segurança do convívio, onde pontua como “uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social” (BRASIL, 2005, p.32). Nesse sentido, os serviços prestados aos usuários(as) pelas unidades da rede socioassistencial devem ser realizadas de forma a evitar o preconceito, a segregação e garantir o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Desta feita, pode-se dizer que a V Conferência Nacional de Assistência Social ao definir o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais deu um salto qualitativo à política de Assistência Social, pois a partir deste feito temos a clareza do papel e de quem é alvo dessa política. O direito à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas corresponde à segurança de acolhida, a qual promove o acesso do cidadão e da cidadã, à rede socioassistencial através da intersetorialidade da política de assistência social com outras políticas públicas, visando atendimento integral nas políticas.

O direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva, se apresenta como sendo extremamente importante para se garantir recursos das áreas, federal, estadual, municipal e distrital, no sentido de prover os serviços socioassistenciais, com qualidade e de forma continuada.

Nesse contexto, cabe destacar que a cidadania é instituída em princípios democráticos, os quais exigem organização política e participação popular nas lutas sociais, sendo o próprio povo o responsável pelas decisões de suas vidas, quando isto acontece através do poder do Estado, os direitos são vistos não como uma conquista democrática, mas como um favor, colocando os cidadãos numa posição de dependência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, observou-se que a construção do direito à Assistência Social é recente na história do Brasil, sendo este reconhecido a partir da Constituição Federal de 1988, que inaugurou uma nova concepção para a Assistência Social por meio da propositura de um padrão de proteção social afirmativo de direito na superação do histórico de práticas caritativas eclientelistas.

Torna-se, assim, necessária a compreensão do movimento histórico em que se constrói a política de Assistência Social e, por conseguinte, os direitos socioassistenciais como forma de apreender os limites e os desafios para concretização desses direitos, em um projeto de sociedade capitalista, que vem cada vez mais priorizando a política econômica em detrimento da política social.

Uma questão importante também a ser ressaltada conforme Telles (1999) no estudo dos direitos sociais é a contradição entre a igualdade prevista na lei e uma realidade que apresenta uma situação de extrema desigualdade.

Destarte, conclui-se que os direitos socioassistenciais definidos, desde 2005, na V Conferência Nacional de Assistência Social na atual conjuntura brasileira, cada vez mais se tornam necessários, deixando evidente o que deve ser assegurado na política de Assistência Social rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 33, ago. 1994.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Campus, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 38. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006. (Coleção Saraiva de Legislação).

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Anais da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005, p.313-314

____. **Assistência Social**, LOAS. Lei nº. 8.742/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 2. ed. Brasília: MPAS/SEAS, 2001.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social -PNAS/2004**. Brasília, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência social na sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DRAIBE, S. M. O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas. **Caderno de Pesquisa nº 8**. UNICAMP. NEEP. Editor: Marcos de Souza Queiróz, 1993.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2002

MARSHALL, T. H. A. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 49, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 66

Apoio 21, 29, 32, 61, 107, 110, 113, 114, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149

Assessoria 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47

Assistência Social 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 50, 52, 90, 103, 149

Assistente Social 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 69, 73, 75, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 113, 114, 117, 149

Assistentes Sociais 32, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 52, 55, 60, 63, 67, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 113

B

Brasil 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 25, 26, 27, 28, 29, 38, 43, 46, 55, 56, 57, 58, 66, 68, 72, 77, 81, 92, 96, 97, 103, 104, 107, 110, 112, 114, 127, 128, 129, 131, 133, 136, 137

Brasileiro 1, 3, 4, 11, 34, 65, 69, 73, 80, 93, 99, 100, 107, 110, 114, 116, 128, 130, 131

C

Cidadania 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 21, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 52, 67, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 94, 96, 98, 102, 142

Cidade 17, 28, 83, 120, 128, 134

CRAS 5, 9, 29, 30, 33, 103

CREAS 5, 9, 30

Crianças 1, 15, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

Cuidado Paliativo 57, 58, 62

D

Desigualdade social 136

Desinstitucionalização 81, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102

Direito 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 21, 30, 32, 33, 40, 49, 52, 54, 62, 68, 70, 72, 73, 95, 97, 101, 107, 115

Direitos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 21, 26, 30, 33, 34, 37, 40, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 84, 86, 87, 88, 96, 97, 101, 102, 104, 110, 115, 149

Direitos Socioassistenciais 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 21

E

Econômico 6, 53, 106, 114, 115, 134

Educação 3, 6, 8, 22, 37, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 65, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 127

Educação profissional 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116

Estado 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 17, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 40, 68, 71, 73, 76, 80, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 110, 113, 114, 115, 124, 131, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147

Evasão 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127

F

Família 4, 8, 21, 32, 33, 49, 61, 63, 65, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 124, 126, 130, 139, 147, 149

Formação 3, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 55, 56, 58, 74, 75, 77, 81, 92, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 119, 125, 144, 145, 147

H

Humanização 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 65, 76

I

Instituições 3, 6, 28, 37, 42, 56, 72, 81, 91, 95, 98, 107, 110, 111, 112, 118, 119, 125, 126, 127, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Integralidade 21, 40, 41, 59, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Microcefalia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

O

Oncologia 54, 56, 66

P

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 92, 96, 98, 102, 103, 104, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 128, 129, 130, 133, 136, 149

Políticas Públicas 1, 8, 9, 19, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 35, 50, 59, 66, 73, 86, 94, 103, 108, 110, 111, 112, 115, 133, 148, 149

Político 6, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 50, 55, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 91, 96, 102, 111, 112, 134

Previdência Social 4, 26, 29, 32, 33, 38, 149

Problemas 30, 31, 34, 73, 75, 106, 107, 114, 115, 125, 129, 138, 140, 141, 142, 146

Profissional 8, 20, 21, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 55, 59, 61, 62, 65, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 136, 144, 147, 149

Projeto Ético Político 39, 50, 55, 67, 73, 74, 75, 77

Proteção Social 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 16, 17, 20, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 102, 135, 139

Q

Questão Social 1, 27, 34, 40, 43, 52, 59, 60, 69, 82, 86, 90, 106, 115

Quimioterapia 48, 49, 51, 52, 53

R

Reforma Psiquiátrica 78, 80, 81, 82, 83, 86, 91, 93, 98, 102

Rua 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 52, 99, 112

S

Saúde 1, 3, 4, 8, 15, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 128, 133, 139, 145, 148, 149

Saúde mental 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Seguridade Social 1, 2, 4, 23, 26, 29, 30, 38, 39, 49, 149

Sociais 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 21, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 109, 113, 114, 115, 116, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 149

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

SUAS 1, 5, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32

SUS 31, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 50, 55, 58, 67, 68, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 99, 103

T

Trabalho 1, 2, 5, 8, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 143, 145, 147, 148

U

Urbana 8, 30, 34, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137

V

Vulnerabilidade 5, 11, 31, 33, 109, 128, 131

 **Atena**
Editora

2 0 2 0